

A SÍNDROME DA AUSTRERIDADE

Leon Brasil

Antônio Barros de Castro

DE acordo com uma opinião amplamente difundida, os grandes devedores da atualidade são países que se recusaram a cortar os seus gastos, no período que segue ao primeiro choque do petróleo (1973). Outras nações, contrariamente, teriam pautado o seu comportamento pela autocontenção. Por esta razão, estariam hoje em condições muito melhores que, digamos, o Brasil, o México, e a Argentina. A estes últimos países caberia agora — e por fim — espiar os seus pecados, mediante a adoção de programas de austeridade.

O momento parece, pois, oportuno para um balanço, ainda que sumário, do ocorrido naqueles países que optaram pela austeridade. Com um tal propósito, nada mais indicado do que voltarmos os olhos para a Europa Ocidental, onde se encontram alguns dos seus mais fervorosos adeptos.

Começemos pelos resultados obtidos, segundo os indicadores *crescimento, emprego e estabilidade monetária*. No período 1974-80, as economias integrantes do Mercado Comum Europeu cresceram em média 2,3% ao ano; o desemprego elevou-se, progressivamente, atingindo 6,1% em 1980; quanto à inflação, atingiu (também em 1980) 10,5% ao ano.

Se confrontarmos estes resultados com o ocorrido entre 1960 e 1973, veremos que, de 1973 em diante, o crescimento reduziu-se à metade, a inflação mais que duplicou, e o desemprego quase triplicou. Nos anos de 1981 a 1982, a situação degradou-se ainda mais havendo, no entanto, uma ligeira melhora no que toca à taxa média de inflação.

Quanto às perspectivas para o futuro próximo — de 1983 a 1987 — seriam de um crescimento de 2,5% ao ano, acompanhado de uma inflação média de 7,8% ao ano. O desemprego, em 1987, ainda seria, segundo a mesma fonte (CEE) de 11,1%. Em resumo, a austeridade vem sendo acompanhada de resultados que vão de medíocres a péssimos. E a situação não parece tender a melhorar, significativamente, nos próximos anos.

Uma segunda observação, a partir da experiência europeia, é que, uma vez generalizada a adoção de medidas austeras, nenhum país consegue escapar, isoladamente, à onda recessiva. A regra pode ser ilustrada, pelo ocorrido recentemente na França.

A partir da vitória socialista tentou-se promover a reativação e expansão da economia. Razões não faltavam para isto: a austeridade imposta por R. Barre havia-se tradu-



zido em crescente desemprego, acompanhado de elevação da capacidade ociosa na indústria. Em tais circunstâncias esperavam os socialistas que um programa de expansão, ao reativar a economia, permitiria uma ampliação da arrecadação fiscal e uma redução dos gastos com seguro social, capazes de compensar o custo do programa. Caso isto ocorresse, a política de relançamento teria sido plenamente exitosa. Ocorre, no entanto, que, dado o elevado grau de abertura da economia francesa, o plano só poderia ter êxito se outras economias também viessem a se expandir. Porém, isto absolutamente não ocorreu. Ao insistir, pelo contrário, na autocontenção, os Governos da Alemanha, da Inglaterra, e de outros países asseguraram o fracasso da tentativa francesa, que rapidamente se veria defrontada com grandes déficits externos, retomada inflacionária e necessidade de desvalorização cambial.

É preciso frisar, no entanto, que o programa francês teve efeitos expansivos: eles não foram, porém, suficientemente aproveitados pela economia francesa, esvaindo-se através de diferentes canais, para os demais países. A experiência, no caso, parece indicar que, uma vez implantados regimes de austeridade, as economias que tentam expandir-se são obrigadas a voltar atrás.

Entretanto, o inverso não é verdadeiro: os países que deliberadamente se retraem, não são induzidos pelos demais à expansão. As políticas de austeridade contêm, em suma, um viés deflacionista. Vista a questão por um outro ângulo, percebe-se que a austeridade constitui uma guerra entre as nações, travadas a golpes de autocontenção.

Uma última e importante lição deve ser registrada: a austeridade pode ser buscada através de diferentes caminhos. Na Inglaterra de Thatcher a escolha é absolutamente clara. Cortam-se os gastos, restringe-se o crédito e deixa-se ao mercado a distribuição das penalidades. Na Alemanha, e mais evidentemente na Áustria, porém, os sacrifícios são negociados, havendo ativa participação dos sindicatos nas decisões. Quanto aos resultados obtidos, os da Inglaterra são indiscutivelmente piores. O socialismo austríaco ostenta, sem margem a dúvidas, os melhores indicadores europeus, tanto no que se refere ao crescimento, quanto — em particular — no que toca ao desemprego. A inflação observada na Áustria, por sua vez, perde apenas (e por pequena margem) para a Alemanha, onde, como dissemos, a austeridade é também negociada.

Políticas da mais estrita austeridade vêm sendo impostas aos países devedores e, ao Brasil, em particular. O que poderia ser dito a este respeito, à luz das observações anteriores?

No que se refere ao desempenho das economias, a experiência de outros países parece indicar que os maus resultados tendem a persistir através de longos períodos. Além do mais, caberia recordar que ao ser submetida, em 1981, a um programa de contenção, a indústria brasileira sofreu um quase colapso, passando de um crescimento de 7,5%, em 1980, para uma queda de 9,6% em 1981.

Não obstante a violência do ocorrido, haveria ainda que advertir que, naquela primeira "freada", os investimentos públicos não chegaram praticamente a ser contidos, e os empresários, de sua parte, continuavam a confiar na retomada a curto prazo da economia. Presentemente, e pelo que se anuncia, os investimentos públicos serão seriamente sacrificados, enquanto as expectativas por parte dos empresários são manifestamente sombrias.

Quanto ao método de escolha e encaminhamento das medidas de austeridade, não pode haver dúvidas. Ao mercado (que se pretende, tardiamente, sacralizar neste país) caberá a "distribuição" dos sacrifícios entre

empresas, regiões e camadas sociais. Trata-se, em suma, do método Thatcher, aplicado, porém, a uma sociedade que não é precisamente um *Welfare State*...

Quanto, finalmente, à possibilidade de escapar individualmente à epidemia de austeridades, caberia dizer que o Brasil oferece possibilidades com que não contam, em princípio, as economias europeias. Isto porque, dado o seu relativo fechamento comercial, a tradição do câmbio flexível (taxas cambiais permanentemente atualizadas) e o virtual controle administrativo das importações, o país teria condições de deflagrar e sustentar um programa autônomo de expansão.

Para isto, no entanto, teria de aprofundar em profundidade a sua política econômica, que passaria a ter por eixo a reconversão industrial e a reciclagem tecnológica. As opções que vêm sendo feitas desde 1981 — e que serão agora, ao que parece, radicalizadas — bloqueiam, porém, quaisquer avanços nesta direção. A desativação dos investimentos que acompanha inexoravelmente os programas de austeridades, além de assegurar a subutilização da capacidade instalada, dificulta ou mesmo impede as mudanças de um aparelho produtivo que necessitaria recondicionar-se para sobreviver.

Restaria, por fim, indagar se a austeridade permitirá colocar em dia o pagamento da dívida. A resposta é aqui seguramente negativa. A dívida — a brasileira, bem como a do conjunto dos grandes devedores — já ultrapassou um volume, a partir do qual não é mais possível servi-la.

Esta situação, observe-se, nada tem a ver com o caso dos "maus devedores", a partir dos quais se cristalizou a doutrina do FMI. A única analogia cabível é com as dívidas e reparações, estabelecidas após o término da Primeira Grande Guerra. Como ficou então patenteado, a obsessiva e truculenta atitude norte-americana e francesa em relação a estas obrigações impôs, especialmente à Alemanha, terríveis sacrifícios e insuportável instabilidade.

Não obstante a pressão exercida, a dívida jamais foi paga, tendo sido posta de lado durante a Grande Depressão, e literalmente esquecida após a II Grande Guerra. Enquanto permaneceu como uma questão em aberto, gerou, no entanto, tensões responsáveis pelo agravamento do tormentoso quadro dos anos 20 e 30 deste século.

Antônio Barros de Castro é professor titular da UFRJ e presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro